

# à informação

NOVEMBRO 1968



EDITORIAL C.M.

## Informação Porquê

Entre DI 14 e DI 15 algo aconteceu neste país: não demasiado importante na realidade; mas suficientemente novo para que muitos o tomem como tal.

A mudança de poder operada a 27 de Setembro repercutiu-se imediatamente no domínio que é o nosso: a informação. Os jornais que se pretendem mais independentes passaram a publicar algumas notícias e outros tantos comentários que nunca teriam visto a luz sob o governo anterior. Esta situação, sem dúvida nova, leva-nos a repensar a utilidade do nosso serviço.

Pode acontecer que o abrandamento da censura prévia venha a sofrer uma regressão (e ela até já se deu: desferram-se os jornalistas nos comentários subtis a factos que não revelam). Mas pode também acontecer que a frincha entreaberta seja o início hesitante e prudente de uma fase deliberadamente diferente, em que certos sectores da vida nacional, até aqui vedados totalmente à opinião pública, lhe sejam progressivamente facultados, correspondendo às esperanças dos mais optimistas; talvez até uma lei de Imprensa à espanhola. Neste caso, o campo de acção habitual de DI poderia ver-se algo restringido. Justificar-se-ia a continuação do nosso esforço?

Uma análise dos acontecimentos não nos deixa, porém, lugar a quaisquer dúvidas. E mesmo sem as declarações oficiais que foram feitas demarcando as zonas fechadas - guerra colonial, comunismo, ordem pública - não se pode esconder a realidade: o novo governo não é, e não poderá ser, outra coisa que uma edição actualizada do anterior. O regime apoia-se em determinadas forças, e essas forças não se deixarão afastar do poder. E todos sabemos - e eles sabem-no melhor que ninguém - que a Informação é uma ferramenta indispensável na manutenção desse poder.

Poderão, por isso, alguns jornais relatar - e até comentar - certos fait-divers da cena portuguesa; poderá o governo apertar ou aliviar o regime da censura prévia - ou inventar outro: os grandes problemas nacionais, os que são verdadeiramente importantes para a vida do povo português, continuarão a ser-lhe tão eficazmente escondidos como até aqui, pois os interesses dos poderosos não deixarão de ser defendidos, seja ou não com abertura ao centro. O aparelho policial será menos pesado para com os sectores moderados, mas manter-se-á implacável para os adversários da "ordem social estabelecida" ou da "integridade da nação portuguesa"; a repressão cultural será mais prudente, mas igualmente implacável no combate à "desorientação dos espíritos". E uma falsa sensação de liberdade será mais um instrumento de alienação.

Na verdade, uma certa liberalização pode servir o regime (e está neste momento já a servi-lo), pois é um meio de aliciamento eficaz - depois da escalada repressiva dos últimos anos - e relativamente inofensivo. Caetano foi claro: pretende continuar, mas promete reformar. Resta a cada um de nós decidir se se satisfaz com um salazarismo reformado, se foi isso que desejámos ao longo de todos estes anos em que sonhámos muito e lutámos alguma coisa.

Resta portanto, em qualquer caso, um vasto campo para a imprensa clandestina. DI não poderá cobri-lo senão numa pequena parte, pelas características que desde o início se propôs, de modesto órgão informativo de factos - e não de jornal de doutrinação.

Parece-nos, no entanto, que neste momento não podíamos deixar de sublinhar certos aspectos que nos parecem fundamentais.

## Informação para quê

DI prosseguirá e desenvolverá o seu esforço. Mas a equipa redatorial sente agora, mais do que em qualquer outro momento, a necessidade de esclarecer objectivos e definir linhas de orientação.

Naturalmente, a informação que um dado poder fornece, deturpa ou esconde, é consequência da linha política a que adere e dos interesses que defende. A indiferença, a apatia e a demissão da grande massa dos portugueses, frente aos problemas políticos, é o resultado, deliberadamente procurado e conseguido, de uma política de informação eficaz, implacavelmente conduzida pelo Estado Novo.

O objectivo de DI não é apenas, de umamaneira platónica, dar um direito que outros retiram, embora passe, evidentemente, por aqui. Trata-se, sobretudo, de, por meio do poder de informação, romper a apatia, quebrar a indiferença, favorecer uma promoção colectiva, contribuir para a formação e expressão das energias potenciais dessa massa agora adormecida, submissa, escravizada.

## Informação de quê

Os meus limitados de que dispomos para desenvolver as tarefas necessárias com vista a atingir estes objectivos, obrigam-nos a concentrar os nossos recursos naquilo que nos parece de contestação mais necessária e urgente. Assim, sem deixar de publicar o que nos parecer útil e oportuno, estaremos sobretudo atentos a dois conjuntos de problemas, de resto, intimamente relacionados.

O primeiro diz respeito às guerras coloniais. É em relação à actividade repressiva com que o regime tem combatido os esforços de desenvolvimento e auto-promoção das populações africanas que a informação tem sido mais eficazmente deturpada pelo poder, conseguindo manter o povo português em completa ignorância acerca:

- da opressão económica, social e cultural, que já vinha de trás e que se encarniçou a partir da revolta das populações de Angola, Guiné e Moçambique;
- das verdadeiras aspirações desses povos, dos seus objectivos e do carácter nacional e popular da sua luta;
- da oposição de alguns sectores mais esclarecidos da população portuguesa ao prosseguimento da guerra, das deserções, das recusas aos milhares de alistamento no exército colonial;
- das profundas consequências económicas da manutenção dessas guerras, da exploração cada vez mais intensa das riquezas naturais e da mão de obra portuguesa e africana por capitais estrangeiros;
- da contradição cada vez mais clamorosa entre a nossa apregoada missão civilizadora e a realidade actual da nossa presença como país ocupante,

O outro grupo de problemas de que tencionamos ocupar-nos é mais difícil de explicitar em poucas frases. Servir-nos-emos de uma definição implícita através de algumas interrogações:

- certas notícias relativas a conflitos sociais poderão aparecer nos jornais (por exemplo, a exposição dos ferroviários ao governo); no entanto, revelam os termos dessas notícias a extensão da opressão económica geradora desses conflitos, a mal disfarçada colaboração dos órgãos governativos com os detentores do capital, a repressão exercida sobre os leaders dos movimentos reivindicativos, etc.?
- qual o significado do enorme interesse com que os meios financeiros ocidentais e os governos que os representam, nomeadamente dos USA e da Alemanha Federal, olham a nova situação política portuguesa e o apoio claro que vêm oferecer ao governo Caetano?
- os problemas portugueses em África são apresentados como defesa dos nossos sagrados direitos; simplesmente, uma leitura atenta dos acontecimentos (que não dos jornais) não revelará ligações profundas entre a nossa política africana e os investimentos estrangeiros em Portugal e nas colónias?
- a pretensa liberalização de que se fala, fortalecendo a nossa posição na NATO, tornando a ditadura portuguesa mais apresentável às democracias capitalistas ocidentais, não irá colocar-nos cada vez mais na dependência dos potentados financeiros internacionais?

Creemos que o esclarecimento desta problemática é muito importante, pois dele dependerá a atitude que cada um de nós tem de tomar: da manutenção e florescimento da sociedade em que vegeta, se, pelo contrário, a favor da construção duma sociedade radicalmente diferente.

Continuemos, pois.

- Narração dos acontecimentos baseada no relatório enviado aos bispos portugueses pelos movimentos operários da Acção Católica.
- Transcrições intercalares extraídas de "A Carris, luta económica, luta política", documento divulgado pelo Comité Marxista-Leninista Português.

Em Março de 1967, por acordo com a Câmara Municipal de Lisboa foram aumentadas as tarifas dos eléctricos e dos auto-carros pertencentes à LISBON ELECTRIC TRAMWAYS, LTD. Uma das razões invocadas fôra a necessidade de se aumentarem os salários do pessoal operário. No entanto, passado mais de um ano, tal aumento não se tinha verificado, a não ser para o pessoal dos escritórios que já ganhava mais e tinha regalias que sempre foram recusadas ao pessoal operário, como o pagamento dos dias de folga e subsídios de férias.

Há algum pessoal do "Movimento" que trabalha 7 horas por dia. Mas a maior parte trabalha ainda 8 horas, às quais se tem, todavia, de acrescentar o tempo necessário para o levantamento e entrega da "malça", após a conferência das contas (45 a 60 minutos) e as demoras com as rendições (15 a 20 minutos). Quer dizer: para muitos operários do movimento, a duração real do dia de trabalho ultrapassa as 9 horas, sendo pagos (e mal) como se trabalhassem 8. E sabe-se como uma grande parte do pessoal da Carris é obrigado a viver nos bairros periféricos da cidade, ou mesmo fora dela.

Mas há mais. Por um acordo assinado em 1966 foram concedidas aos trabalhadores certas regalias que nunca chegaram a ser cumpridas. E entretanto, aumentaram não só os bilhetes, como também o custo da vida. Por isso não são de estranhar certos testemunhos colhidos entre o pessoal da Carris:

- "Tenho 15 anos de casa e ganho 448\$70 por semana".
- "Tenho 6 filhos e ganho 367\$70 por semana".
- "Ganho 360\$00 por semana, tenho 8 filhos e pago 1.100\$00 de renda de caso. Chego a ter de dar o pão racionado aos meus filhos. Tenho dois deles doentes e não disponho de meios para os tratar."

E o Sindicato que fizera entretanto? Peticções e representações. E que importância davam a Companhia e o Governo a estas ingénuas manifestações? Nenhuma - Tudo continuava na mesma. E é fácil compreender porquê.

No sistema corporativo português, tão enternecedoramente enaltecido pelos defensores da colaboração entre patrões e operários, os dirigentes sindicais têm de ser homologados pelo Ministro das Corporações. Nestas condições, que confiança podem merecer dos trabalhadores, que grau de representatividade os tentam? Trata-se na verdade, de funcionários governamentais que, conscientes uns, inconscientes outros, são doces instrumentos nas mãos dos opressores da classe trabalhadora. Para serem homologados têm de ter boa informação da Pide e, para tanto, é necessário que tenham provado a sua afeição ao regime e que nunca tenham feito nada, mas absolutamente nada, no sentido de favorecerem uma tomada de consciência das massas operárias quanto aos seus direitos de fazer ouvir a sua voz. E o assistente do Instituto Nacional de Trabalho, cujo papel é o de paternalmente controlar a actividade da direcção do Sindicato e simular defender os interesses dos trabalhadores?

Assim, no meio do descontentamento crescente, a decisão da carris de suprimir os serões nas oficinas e de impedir as horas extraordinárias ao pessoal do "movimento", fez com que os trabalhadores se decidissem a agir, fartos de promessas não cumpridas e das cada vez mais difíceis condições de vida que lhe eram impostas.

"Como surgiu o movimento? Evidentemente que em todos os lados há um certo número de operários de vanguarda, mais conscientes dos interesses da sua classe, mais corajosos e activos, e por conseguinte, que ocupam sempre o primeiro lugar em qualquer luta. A Carris não constituiu excepção a essa regra. As concentrações dos trabalhadores na "palmeira" (isto é junto aos escritórios da administração) não surjiram do ar; elas foram fruto de uma propaganda oral conduzida pelos elementos de vanguarda da classe operária. Esses mesmos elementos contactaram com outras secções, propagando a ideia e proporcionando assim aos trabalhadores a indispensável unidade."

E assim, a partir do dia 3 de Junho, os operários do movimento e das oficinas, juntaram-se às centenas diante das instalações da administração, afim de apresentarem as suas reivindicações:

- aumento de 30\$00 diários;
- pagamento dos dias de folga;

- concessão de subsídios de férias;
- redução do período de trabalho diário para 7 horas (o que corresponderia para muitos, como se viu, a 8 horas reais);
- pagamento do 13º mês.

Para apoiarem a defesa dos seus interesses, os operários decidiram também não fazer horas extraordinárias que, entretanto, tinham sido de novo autorizadas pela Administração.

"Em todas as fases da luta os trabalhadores mostraram um enorme espírito de iniciativa. O caracter extremamente moderado e "ordeiro" que foi geral durante a primeira semana de concentrações, entre 3 e 7 de Junho, foi rapidamente ultrapassado à medida que os acontecimentos evoluíam; em breve se passou a outras formas de luta, combinando a agitação na empresa com as manifestações na rua. No dia 18 de Junho, centenas de operários, obrigados a abandonar a companhia, desfilam desde a estação de Santo Amaro até à Rocha do Conde de Óbidos. No dia seguinte, dois operários presos pela Pide foram imediatamente libertados no local pelos restantes camaradas que os arrancaram das mãos dos polícias e lhes deram fuga; chegaram mesmo a agredir o chefe da polícia. A isto respondeu a polícia com um enorme cuidado, evitando a todo o custo precipitar os acontecimentos.

Ao mesmo tempo, como é de calcular, os trabalhadores mostravam-se cada vez mais conscientes na defesa dos seus interesses económicos desmascarando as múltiplas manobras demagógicas da burguesia. Quando no dia 17 de Junho, a administração da Carris resolveu remendar o seu erro inicial, oferecendo de novo "serões" aos operários das oficinas, estes, sem qualquer excepção, recusaram. Da mesma forma procederam os elementos do "movimento", tendo até acontecido que um condutor dos eléctricos foi espancado por um grupo de colegas por ter aceite um serviço extraordinário"

Insidiosas ou arrogantes, logo entraram em acção as forças repressivas do regime: os agentes da Pide, infiltrados entre o pessoal operário, intrigando e procurando desmoralizar os trabalhadores; os pelotões de choque da PSP ocupando os locais de trabalho e de concentração do pessoal, procurando inculcar o terror das pistolas e das matracas. O bairro de Santo Amaro, durante algumas semanas, ficou em estado de sítio, fazendo as forças da repressão ostentar o seu poder, com grande aparato de homens e de material. Mas o Governo tinha o habitual receio de que uma repressão violenta puzesse a nú o mito de que em Portugal reina a paz social. Por isso, lograram os trabalhadores da Carris realizar diariamente ajuntamentos em frente da Administração, manifestando firmemente que estavam conscientes dos seus direitos a um mínimo vital.

Entretanto, Governo e Companhia, esperavam que a intriga, a intimidação e o desalento vencessem os trabalhadores, como tanta vez tem sucedido.

Se a miséria e a injustiça tinham levado o operariado da Carris a agir em conjunto, as acções reivindicativas de firmeza crescente conduzidas durante todo o mês de Junho fortaleceram a consciência da classe e mostraram claramente que manifestações mais arrojadas podiam ser coroadas de êxito, embora a corajosa acção dos leaders operários não dispusesse dos instrumentos necessários.

"Em certas alturas do movimento apareceu propaganda escrita, o que revelou que a vanguarda operária ou certos elementos da vanguarda operária, tomaram consciência da necessidade de se organizar. Foram tentativas de alcance limitado e que não tiveram continuidade, mas apesar disso nunca se realçará demasiado a sua importância. Vejamos: ao fim da primeira semana de concentrações na "palmeira" parecia que o movimento havia chegado a um impasse, o entusiasmo decrescia e o número de manifestantes era cada vez menor. No início da segunda semana apareceram em algumas secções diversas tarjetas que incitavam os trabalhadores à luta e que apelavam para a unidade do proletariado e foram afixadas nas paredes folhas contendo nomeadamente reivindicações económicas. Através desta propaganda puderam os operários mais conscientes dinamizar os seus camaradas e mostrar-lhes os objectivos fundamentais daquela etapa da luta. Daqui resultou um enorme impulso para o movimento e no dia em que apareceu a propaganda compareceram na "palmeira" cerca de 1.000 operários, ou seja, quatro vezes mais que os que haviam comparecido nos últimos dias.

Mas, como já dissemos, estes casos foram uma excepção. Durante todo o movimento da Carris a regra foi a dispersão dos ele

mentos da vanguarda operária. Sem uma organização, sem - 5 - um aparelho de imprensa, os trabalhadores revolucionários não puderam conduzir um trabalho sistemático de esclarecimento e de propaganda. Ora só há duas linhas: ou a linha revolucionária, marxista-leninista, ou então a linha da burguesia. A inexistência de uma organização impediu que a luta fosse conduzida segundo a linha revolucionária, marxista-leninista; as massas operárias ficaram por isso entregues à burguesia."

Foi assim que na madrugada de 1 de Julho o pessoal do movimento dos primeiros eléctricos e auto-carros que saíram, não levantou as malas. E os carros circularam pela cidade, fazendo normalmente as carreiras e cumprindo os horários estabelecidos, mas sem que fosse feita a cobrança de bilhetes.

A greve estava perfeitamente organizada: as tripulações dos carros que saíram mais cedo eram acompanhadas por piquetes de apoio, para evitar que pudessem ceder a manobras de intimidação; e nas estações de depósito, piquetes de vigilância funcionaram sem interrupção. Camaradagem, solidariedade e disciplina colectiva foram postas a funcionar dentro das tradições do movimento de emancipação operária.

Foi assim que centenas de milhares de lisboetas contemplaram estupefactos, uma greve pela primeira vez na sua vida, enquanto o governo, como era de esperar, deu mostras de total desorientação, de tal modo que a censura contou nos jornais todo o noticiário relativo a assunto de tamanha importância na vida da cidade e do País. Só no dia seguinte saiu na imprensa uma lacónica nota do Ministério das Corporações dizendo que o assunto estava a ser estudado.

Ao longo de três dias, o pessoal da Carris, dando mostras de uma disciplina e de uma coragem que dir-se-iam impossíveis alguns dias antes, manteve-se firme na sua determinação de luta, não dando ouvidos, nem a ameaças, nem a promessas vãs.

"Outro facto que não deve ser esquecido e que aliás já referimos, foi a grande unidade existente entre os operários das oficinas e o pessoal do "movimento". Na madrugada do dia 1 de Julho, dia em que se iniciou a greve, cerca de 90% dos operários compareceram nas respectivas secções (Lago do Cego, Cabo Ruivo, Amoreiras e Santo Amaro), de modo a servirem de apoio ao pessoal do "movimento" para que este saísse sem as malas e não procedesse à cobrança.

Iniciada a greve, os trabalhadores da Carris deram provas do maior dinamismo na sua condução. Foi organizado um sistema de contactos entre as estações, o que permitiu um controle extremamente eficaz; assim, por exemplo, no segundo dia de greve, quando em Santo Amaro uns cinco ou seis elementos, receando a polícia ou por qualquer outro motivo, saíram com malas para a cobrança, logo alguns taxis com operários arrancaram de uma outra estação, detectaram rapidamente esses autocarros e tiraram aos condutores as malas da cobrança.

Esse mesmo espírito de vigilância, mostraram-no os trabalhadores da Carris apurando e valendo um representante do sindicato fascista que queria convencer os operários a cessar a greve mediante um aumento de 15\$00 diários."

Foi só ao fim do dia 3 de Julho (o 3º dia de greve) que o governo, afectado profundamente no seu prestígio de mantenedor da ordem social e de detentor da autoridade e que a Companhia Carris, afectada perigosamente na sua bolsa, chegaram a acordo numa elevação de 20\$00 de salário diário para os trabalhadores em greve.

O acordo estabelecido entre o poder policial e o poder do capital, foi noticiado pela TV cerca da meia-noite. Os operários em greve nem sequer foram informados e continuaram a recusar-se a levantar as malas. Depois de ter sido obrigado a "engolir" a greve e a negociar sob a pressão do operariado unido e firme, o governo quis dar a última palavra à força repressiva dos casse-têtes e das espingardas, a força que afinal o mantém no poder.

"Sabendo que muito dificilmente se poderia continuar a luta com objectivos políticos, a burguesia previa que uma promessa de aumento de salários iria fazer vacilar grande número de trabalhadores. Na madrugada de 4 de Julho, em que se iniciaria o quarto dia de greve, é anunciada uma concessão de um aumento de 20\$00 diários (lembramos que os trabalhadores pediam um aumento de 30\$00) e que, além disso, pediam também o pagamento dos dias de folga e o pagamento do 13º mês, reivindicações estas que o governo nem sequer considerou. Ao mesmo tempo que esta concessão era anunciada e aproveitando a inde-

- 6 -

"cisão de muitos trabalhadores, a polícia que tinha com parecido em força, ordena a separação entre o pessoal do movimento, que deveria entrar nos carros com as malas da cobrança e os operários que deviam abandonar as estações. Na luta que se seguiu empregou a polícia a maior violência - era esta a altura exacta para a empregar - lançando cães sobre os operários, em Cabo Ruivo e Santo Amaro, onde se registaram diversos feridos, alguns com certa gravidade."

No dia seguinte, uma nota oficiosa, redigida com impotente sobranceira, mas denunciando, apesar de tudo a pressão a que o governo fora submetido, dava o caso como encerrado, graças à acção governativa.

Juntando à insídia à força bruta, a coacção à lisonja, o Ministro de Proença pôde apresentar nos ecrãs da TV. no meio de um sorriso displicente, um espectáculo bem montado: uma manifestação de agradecimento ao velho presidente do Conselho, com cenas a que não faltaram sorrisos de crianças e beijos entrecididos. A multidão cá fora não era muito numerosa, os vivas eram bem frouxos, tudo mostrava que os presentes ou cumpriam uma obrigação profissional ou temiam pelo seu futuro: ninguém, na verdade estava convencido, a não ser talvez o velhinho canteiro de Pero Pinheiro que foi ali oferecer uma prenda não se soube a que propósito.

Entretanto, impedida a informação verídica sobre os acontecimentos, os agentes da Pide punham a correr ridículos boatos: uns, de que a greve tinha sido manobra da Carris para levar o governo a permitir o aumento das tarifas; outros, de que tinha sido tolerada e até acarinhada por este, como meio de pressão sobre uma companhia estrangeira, mascarando uma ameaça de nacionalização.

Mas, para além destas manobras do regime, uma coisa ficou: fizera-se uma greve, organizada e defendida pelos trabalhadores, contra uma empresa exploradora e contra um governo tirânico.

"O fascismo aproveitou essa situação para numa das costumadas manobras demagógicas, fazer crer que toda a culpa da exploração cabia à administração inglesa da companhia e que a Salazar se devia o aumento dos salários. Como se a Salazar se não devessem os pides, os polícias e os cães polícias e os operários feridos ! Como se o aumento dos salários se não devesse aos trabalhadores que durante mais de um mês lutaram por ele."

A luta travada pelos trabalhadores da Carris de Lisboa não é um facto isolado. Algumas semanas antes, as operárias da indústrias de conservas do Algarve e de Setúbal também sustentaram uma greve, durante as quais um trabalhador de Olhão foi morto nas prisões da Pide. Anteriormente, os estivadores do Porto de Lisboa, como os canteiros de Pero Pinheiro, mantiveram-se em greve durante várias semanas, lutando pelo seu direito a condições mínimas de trabalho. Há anos atrás, foram os pescadores de Matozinhos e de Peniche, os mineiros de Aljustrel, os trabalhadores rurais do Ribatejo e do Alentejo; Couço, Alpiarça, Montemor-o-Novo, Baleizão, são terras que ficaram na História dos combates pelo pão e pela justiça. Muitos destes trabalhadores, jazem ainda na prisão. Mais atrás ainda, tinham sido os operários da Póvoa de Santa Iria e de Alhandra, como os do estaleiros navais da Rocha do Conde de Óbidos, despedidos em massa, nos primeiros anos do sistema corporativo. Segundo as leis do regime, fazer greve é um crime. Por isso, os que as organizam e sustentam arriscando a liberdade, o pão e a própria vida, são um exemplo para o povo português.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

"EM CASOS DE CONFLITOS ECONÓMICO-SOCIAIS, HÃO-DE ESFORÇAR-SE POR CHEGAR A UMA SOLUÇÃO PACÍFICA. EMBORA SE DEVA RECORRER SEMPRE, EM PRIMEIRO LUGAR, A UM DIÁLOGO SINCERO ENTRE AS PARTES, CONTUDO, NAS PRESENTES CIRCUNSTÂNCIAS, A GREVE PODE CONTINUAR A SER UM MEIO NECESSÁRIO, AINDA QUE EXTREMO, PARA A DEFESA DOS DIREITOS PRÓPRIOS E PARA A SATISFAÇÃO DAS JUSTAS ASPIRAÇÕES DOS TRABALHADORES."

Concílio Vaticano II. Constituição pastoral "Gaudium et Spes", 68.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## A MORTE DE DANIEL DE SOUSA TEIXEIRA

Daniel de Sousa Teixeira, de 22 anos de idade, que se encontrava preso em Caxias há cerca de dois meses, morreu no dia 24 de Outubro, depois de um forte ataque de asma, segundo noticiaram os comunicados oficiais de 25 e 30 de Outubro.

Para além do problema de saber as circunstâncias exactas em que se deu a sua morte, ela veio pôr-nos uma vez mais perante a questão das condições de vida dos presos políticos e, nomeadamente, daqueles que (como foi agora o caso) estando doentes, não obtêm satisfação ao pedido de transferência para hospitais prisionais.

Daniel Teixeira fôra preso no mês de Agosto deste ano, ao mesmo tempo que outras pessoas acusadas de fazerem parte de um grupo da LUAR (Liga de União e de Acção Revolucionária) que vinha realizar determinada operação em Portugal.

Tinha sido seminarista (Seminário dos Olivais) e era actualmente estudante de Psicologia na Universidade Católica de Lovaina. Era católico e a sua vida era tudo menos a de um "aventureiro", conforme testemunham todos os seus parentes, amigos, ex-professores e colegas do Seminário e como o prova também o profundo espanto que o facto da sua prisão causou em todos os que o conheciam.

Perante a sua morte, surjiram espontaneamente uma série de protestos e solidariedades. Numerosas pessoas participaram na missa de corpo presente e muitas mais, sobretudo estudantes, acompanharam o enterro, à saída da Igreja de S. João de Deus (onde, como sinal de homenagem, lhe cantaram o hino nacional) e no cemitério.

Vários telegramas e cartas totalizando centenas de assinaturas foram imediatamente enviados ao Presidente do Conselho, Ministros do Interior e da Educação Nacional, com o pedido de abertura de um inquérito sobre as condições da morte. Entre eles, contam-se alguns enviados por Associações de Estudantes, como por exemplo o seguinte telegrama dos alunos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras:

"Em Reunião Geral de alunos 30 Outubro estudantes económicas protestam pela falta abertura inquérito acerca morte colega Daniel Teixeira o que revela que há factos obscuros que as autoridades entenderam não convirem ser revelados. Mais se exige a abertura imediata de um inquérito não só a este caso concreto mas a todas as actividades da Pide em relação aos estudantes presos nos últimos anos pois como é do conhecimento geral há irregularidades que poderão ser comprovadas nas actividades desta polícia."

Até à data nenhum destes pedidos obteve satisfação.

No dia de Todos os Santos, alguns cristãos distribuíram à saída de algumas igrejas de Lisboa uma folha com um texto que procura ajudar as pessoas a refletir sobre a relação do significado da festa litúrgica que se celebrava com o caso concreto da morte de Daniel Teixeira.

Na véspera, algumas centenas de pessoas pretenderam reunir-se em frente do Ministério do Interior, no Terreiro do Paço. Desde o primeiro minuto a polícia obrigou-as a dispersar. Isto não impediu, no entanto, que se reunissem do outro lado da Praça e gritassem slogans contra a acção da Pide. Fizeram-no, todavia, apenas durante alguns minutos, após os quais foram brutalmente dispersos pelos polícias - como continua portanto a ser habitual, mesmo na fase pseudo-liberalizante em que vivemos.

-----  
A morte de Daniel Teixeira fez com que se falasse muito neste momento da LUAR e da operação que esta organização projectara para o fim do mês de Agosto.

Assim, julgámos útil e oportuno dar a conhecer aos nossos leitores as partes que considerámos mais importantes do último comunicado da LUAR.

"No dia 20 de Agosto de 1968 foi preso em Trás-os-Montes um comando armado da LUAR dirigido por Inácio Palma. Em comunicado especial a Pide anunciava estas prisões e referia-se a outros grupos da nossa organização, animados, segundo ela, de intenções "terroristas", sugerindo-se que a sua prisão não tardaria. A polícia comunicou ainda a apreensão de uma importante quantidade de armas e munições.

Com efeito, existiam outros comandos da LUAR, que deveriam concretizar a acção: Não obstante um aparelho repressivo nunca visto e especialmente mon-

tado para os aniquilar, a polícia nada conseguiu, graças ao apoio que a população lhes deu.

Por outro lado. é hoje do domínio público, que foi um lamentavel incidente de viação, que a organização não foi capaz de prever que provocou a prisão de Inácio Palma e dos seus companheiros. E desde já é de salientar o de só se terem rendido depois de esgotadas as munições, cercados por consideráveis forças de polícia com cães e não sem que primeiro tivessem ferido agentes de repressão.

A famosa Pide de nada sabia, nada previra e não estava preparada para reagir. Finalmente, levado pelas aparências de um triunfo facil o regime confessou ao povo português dois factos muito importantes:

- a) Que o assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz, em 17 de Maio de 1967 foi obra de uma organização política, a LUAR, e não de gatunos. Ou seja: o regime confessou que tem andado um ano inteiro a mentir ao povo português e aos países estrangeiros aos quais pediu a extradição de "ladroes".
- b) Que a Luar está decidida a cumprir as suas promessas de lutar efectivamente pela libertação do povo, a destruir pela luta armada o regime de opressão. Mais: não se trata de um pequeno grupo desesperado e desamparado, mas de uma força que cresce embora jovem. Desta vez entraram em acção algumas dezenas de homens, apoiados por bastantes outros, dentro e fora do país.

É preciso dizer toda a verdade ao povo. A acção iniciada falhou, alguns valores combatentes estão hoje nas garras da Pide, ficámos sem algum material. Tudo isto é mau, não vimos dar desse falhanço desculpas de mau pagador. A única desculpa serão as nossas próximas acções. O que pretendemos, isso sim, é explicar o que íamos fazer e como, destruir a lenda do "terrorismo" e esclarecer as nossas intenções.

Quando foi preso Inácio Palma dorigia uma operação conjunta de grupos armados da LUAR. Esses grupos estavam a convergir para a Covilhã. Tratava-se de tomar essa cidade, de a ocupar durante algumas horas, anulando a acção das forças repressivas. Reunir-se-iam então com a população para falar dos grandes problemas nacionais e deixar estabelecida na região uma testa de ponte política militar. Não pretendíamos aguentar um reduto, tarefa por ora excessiva e que seria paga pelos sofrimentos da população.

A nossa força começa pelas armas. Sabemos que face aos instrumentos repressivos da ditadura, a maioria do povo português terá de sentir-se armada para realizar combates decisivos. Mas a força militar não basta: são necessárias greves, propaganda, manifestações populares.

As nossas armas estão ao serviço de uma política. Essa política consiste em transformações profundas na terra, na indústria, no comércio, na saúde, na assistência, no ensino, enfim, em toda a vida económica e social do país. Consiste ainda em acabar com a guerra colonial, para colaborar estreita e amigavelmente com Angola, Moçambique e Guiné independentes. E, não tenhamos ilusões, só a acção armada nos permitirá conseguir isso.

A operação da Covilhã falhou mas a nossa experiência revolucionária aumentou. A nossa actuação futura o demonstrará.

(.....)

Perante a expectativa da morte de Salazar é natural que possam surgir na cabeça das pessoas, esperanças de mudança do regime. Para nós, estas ilusões são fruto de uma abdicação da luta revolucionária.

Para nós a História não se modifica com a morte de um homem. A natureza de um regime não se altera pela simples mudança de nomes. O nosso combate é o combate do povo português, dos trabalhadores, da juventude, dos estudantes e intelectuais, na luta contra a ditadura, a exploração e a guerra colonial. A LUAR não deporá as armas até à vitória final. A LUAR vencerá. Setembro 68"

GOSTARIA DE APOIAR "DI", CONTRIBUINDO PARA AS DESPESAS ? IMPOSSIVEL. MAS PODE AJUDAR-NOS, ENVIANDO "DI" PELO CORREIO, PASSANDO-O A UM AMIGO, DEIXANDO-O EM QUALQUER LADO ONDE FAÇA FALTA.

